



Contextualizando o ‘segredinho’: uma análise antropológica da transexualidade em um jornal popular¹

Fábio GROTZ Majerowicz²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Este trabalho tem como propósito examinar que representações emergem no discurso do jornal carioca *Meia Hora* em relação à transexual Ariadna Silva, participante da edição do programa *Big Brother Brasil 11*, exibido pela Rede Globo em 2011. A investigação buscará mapear como aspectos de sexualidade e gênero são apropriados pela linguagem do periódico em sua capa. Para tanto, nosso referencial teórico baseia-se nos códigos simbólicos que definem e interpretam a cultura sexual brasileira (PARKER, 1991).

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo popular; discurso; sexualidade; gênero.

Introdução

“Transex não tem mais saco de guardar seu segredinho” foi uma das chamadas de capa do jornal *Meia Hora*, em 15/01/2011 (Anexo A), a respeito da transexual Ariadna Silva, participante da edição 11 do programa *Big Brother Brasil*, exibido pela Rede Globo. A manchete remete a um caso específico de narrativa em um jornal popular. No entanto, é um episódio que se mostra aberto à investigação sobre como a sexualidade e as relações de gênero se articulam e estão representadas no discurso jornalístico.

Investigar meios de comunicação abre a possibilidade de examinar agentes relevantes no cotidiano, que produzem sentidos e significados e contribuem para a dinâmica de representações que circulam em determinada sociedade (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001). A atuação dos meios de comunicação incide sobre diversos âmbitos - política, economia, cultura e esportes – e influencia na organização do coletivo de indivíduos.

A dimensão da sexualidade e das relações de gênero constitui um aspecto também participante nessa dinâmica comunicacional. No Brasil, especialmente, são dimensões

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FCS-UERJ, email: fabiogrotz@yahoo.com.br.



simbólicas centrais e com forte penetração em diversas instituições, tais como família, escola, igreja e mídia.

Mais do que isso, são aspectos que deixam entrever toda uma história de modelação de valores e sentidos. Entendida mais como resultado de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos do que como um efeito meramente biológico, a experiência sexual, no Brasil, está organizada, codificada e valorizada a partir de sistemas de referência que orientam os brasileiros na construção e na interpretação de suas experiências (PARKER, 1991).

Tais sistemas estão ancorados em perspectivas simbólicas ligadas ao passado patriarcal e à influência dos valores cristãos e de concepções científicas sobre o corpo e a vida sexual. A concepção de homens e mulheres se deu, historicamente, pelo princípio da diferenciação, criando duas categorias opostas que se relacionam hierarquicamente. A distinção cultural entre homens e mulheres prescreveu normas de gênero associadas aos conceitos de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido, uma série de noções de gênero estabeleceu uma dupla moral na qual os homens estão em posição de superioridade na hierarquia sociocultural. Advém dessa lógica um modelo de dominações simbólicas que se traduz, na prática, em interdições e permissões quanto à vida afetiva e sexual. O homem, entendido como um ser viril e forte, deve ser heterossexual e gozar da liberdade sexual. A mulher, por seu turno, é um ser frágil e inferior, sujeito à dominação do homem. Deve, portanto, ficar resguardada e servir apenas ao seu marido. O prazer, para ela, é condicionado ao exercício da concepção dentro do matrimônio.

Além da regulação pelas relações de gênero, outras coordenadas simbólicas mais formalmente elaboradas compõem o quadro de princípios morais sobre sexualidade. O Brasil é um país tradicionalmente cristão cujo contexto religioso demarca fronteiras sobre o que é permitido ou não para mulheres e homens em matéria de práticas sexuais. Os atos terrenos, segundo os valores cristãos, implicam em efeitos para a vida eterna e, por isso, os fiéis devem ser ciosos em relação às suas ações.

A ciência médica também assume um importante papel na construção social da sexualidade. Foucault (1993) destaca este tipo de produção de saber, demonstrando como, ao longo dos últimos cinco séculos, no Ocidente, a sexualidade foi incitada e acionada por diversos saberes. O sexo foi gradativamente sendo interpretado, categorizado e regulado, isto é, colocado em discurso a partir de dinâmicas de poder que engendravam tal produção. Construiu-se, desta forma, uma aparelhagem de



conhecimento e de técnicas cujo objetivo era especificar e esmiuçar os corpos e o sexo. (1993). No século XIX, as tentativas de produção de conhecimento sobre sexualidade foram dominadas por uma lógica naturalizante na qual o entendimento de nossas experiências sexuais estava ancorado na constituição anatômica. As práticas sexuais estavam associadas à dicotomia normal/doentio. O sexo era referenciado sobretudo na ideia de reprodução. Haveria o sexo “bom” e o sexo “mau”. Conforme lembra Parker (1991),

“Em termos práticos, o resultado mais importante dessa investigação tão altamente racionalizada foi, provavelmente, o aparecimento de um novo sistema de classificações sexuais, construído na terminologia da ciência. Primeiro nos trabalhos médicos pioneiros e, mais tarde, na linguagem mais popular dos jornais, revistas, filmes e televisões, a normalidade e a anormalidade sexual foram cuidadosamente mapeadas e novas séries de categorias classificatórias, baseadas nos segredos ocultos do eu sexual, foram desenvolvidas para a organização do universo sexual. (PARKER, 1991, p. 16-17).

Diante desse modelo de regulações simbólicas, a ideologia do erótico desempenha o papel de alternativa à experiência sexual. Para o brasileiro, seria uma forma de transgredir as normas públicas sobre sexualidade. Na experiência erótica, não existem hierarquias, apenas o fim em si mesmo: o prazer.

Os significados sobre a experiência sexual, em nosso estudo, devem ser vistos como articulados ao plano cultural. Portanto, acreditamos ser relevante investigar, ainda que de uma maneira breve e curta, como os códigos culturais sobre sexualidade e gênero estão refletidos do jornalismo e como, no caminho inverso, o jornalismo também participa deste jogo de construção simbólica.

O exercício aqui proposto é empreender uma análise de discurso que nos permita identificar quais as representações acionadas na narrativa midiática. Para tanto, a escolha de um jornal do gênero popular nos parece apropriada, primeiramente, porque este artigo integra um projeto de mestrado cujo foco é o jornalismo popular e sua articulação com sexualidade; em segundo lugar, porque a relação entre tal segmento de jornalismo e a experiência sexual e de gênero é antiga e historicamente importante para os estudos de comunicação no Brasil.



Metodologia: análise, contexto e cultura sexual no Brasil

Neste estudo, temos como fundamento a noção de que o método e a teoria não devem ser vistos separadamente, senão como instâncias complementares. Tal concepção epistemológica nos abre a possibilidade de empreender uma investigação sobre as representações presentes nos discursos sem perder de vista que a contextualização do panorama sócio-cultural que envolve nosso objeto está integrada à técnica de pesquisa. Para todos os efeitos, a metodologia não precisa ser encarada como uma mera técnica, dentro de uma perspectiva instrumental.

É importante ter em mente que a reflexão metodológica é uma atitude crítica que torna o método um domínio específico do saber, com um papel instaurador importante. (IMMACOLATA, 2004). Tal reflexão é importante, pois deixa entrever que os estudos também têm limitações, uma vez que as escolhas do pesquisador são contingentes e integram um acervo de possibilidades teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Investigar o discurso de um meio de comunicação demanda a compreensão do plano discursivo dentro de um contexto que articula sociedade e linguagem. O objeto de estudo e o seu entorno são igualmente importantes. A linguagem é uma construção que não expressa algo previamente dado, ela faz parte de uma construção social.

O discurso de informação³, conforme argumenta Charaudeau, “é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (2010, p. 12). É plausível admitir que esta função regulatória do discurso, dentro de uma lógica simbólica, auxilia no processamento de representações e valores que orientam as práticas e conferem sentidos. No entanto, é prudente ponderar que as mídias não devem ser vistas como manipuladores implacáveis que administram sem resistência o comportamento das pessoas. Seria uma visão reducionista e radical.

A perspectiva aqui defendida é a de que as representações exploradas pelo discurso jornalístico dependem da combinação das condições extradiscursivas (panorama sócio-cultural da sociedade) e intradiscursivas. O contexto sócio-cultural e o discurso midiático processam representações, que são instrumentos voltados para organizar o real e que estão presentes em discursos ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos. Não estamos, portanto, no terreno onde habita uma realidade inata, uma

³ Informação, neste trabalho, deve ser entendida conforme Charaudeau (2010) teoriza: um fenômeno humano e social que depende essencialmente da linguagem.



verdade pré-existente ao olhar do homem. O próprio discurso está inscrito nas interações sociais e culturais que estruturam nossa maneira de ver o mundo. “A verdade não está no discurso. Mas somente no efeito que produz. O discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com conseqüências diversas, efeitos de autenticidade, verossimilhança e dramatização” (CHARAUDEAU, 2010, p. 63). O contexto no qual o discurso é construído é fundamental, pois a comunicação, enquanto fenômeno humano, se configura nas circunstâncias culturais. O que, para efeito de análise, possibilita que o presente trabalho mapeie a cultura sexual vigente no Brasil como forma de aproximar a fundamentação teórica (antropológica) do método discursivo.

“Todo discurso depende, para construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação. Como poderiam trocar palavras, influenciar-se, agredir-se, seduzir-se, se não existisse um quadro de referências? Como atribuiriam valor a seus atos de linguagem, como construiriam sentido, se não existisse um lugar ao qual referir as falas que emitem, um lugar cujos dados permitissem avaliar o teor de cada fala? (2010, p. 67)

Neste sentido, para Charaudeau (2010), o episódio discursivo é uma encenação interativa em que trocas simbólicas vão conduzindo as práticas.

A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico. Como se estabelecem tais restrições? Por um jogo de regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las. (2010, p. 67)

Para a reflexão teórica e metodológica que julgamos necessária, o uso do conceito de representação por Charaudeau (2010) exige uma ponderação sobre suas definições. Para Durkheim (1996), a organização coletiva de uma sociedade baseia-se em pontos de referência indispensáveis e compartilhados por todos, tais como a noção de tempo e espaço. Os julgamentos dos indivíduos teriam em sua raiz noções essenciais ao exercício intelectual. Tendo a religião como objeto de estudo, Durkheim afirma esta é um fenômeno eminentemente social que contribui para conservar a coesão do grupo. “As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados



e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos” (1996, p. XVI). Tais representações expressariam instrumentos de pensamento - combinando ideias e sentimentos – que auxiliariam os homens a perceber a realidade e a conduzir práticas.

Outra abordagem sobre representações privilegia um enfoque mais antropológico e histórico. Para Pesavento (2003), as representações conferem sentido ao mundo. “A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade” (2003, p. 41). No campo da história cultural, argumenta Pesavento (2003), o papel do pesquisador seria compreender a realidade do passado através das representações, buscando as formas discursivas e imagéticas que embasam a noção do homem sobre si próprio e sobre o mundo.

O papel das representações na construção e leitura das experiências sexuais é fundamental para o exercício aqui proposto. Afinal, a linguagem é um domínio atuante nos jogos simbólicos que exprimem a realidade. Há um componente ideológico por trás das representações que é relevante apontar, pois com o auxílio delas formulamos nossa compreensão do mundo, conferindo sentido à experiência sexual, por exemplo. Por meio da linguagem, as questões sexuais são categorizadas, descritas e interpretadas (PARKER, 1991); são, em resumo, investidas de variados sentidos que circulam no fluxo geral do cotidiano.

Tais concepções nos parecem pertinentes, pois, ao investigar o discurso do jornalismo popular, é ponto pacífico que iremos nos deparar com representações culturalmente processadas. O olhar histórico-cultural sobre o discurso também deve ser uma preocupação teórico-metodológica (GILL, 2011) para compreender as circunstâncias que fundamentam a construção discursiva. Portanto, é importante estarmos munidos de instrumentos que nos permitam chegar às conclusões não como uma verdade absoluta, mas como uma maneira de enxergar a relação contextual entre o discurso e a realidade, no percurso do tempo e na produção de sentidos. No jornalismo popular, é importante ter em mente que a produção discursiva tem um viés identificado por estudos científicos pregressos que tentaram entender como funciona a narrativa deste gênero. O que caracteriza um jornal popular? O que motiva o modelo de discurso adotado? De que forma os textos estão relacionados à produção de códigos culturais sobre sexualidade e gênero?



Para tentar responder a tais questões, reunimos 5 exemplares que se notabilizam pela exploração textual ostensiva na capa – embora curta, pois Ariadna permaneceu no programa por apenas uma semana – de valores culturais sobre sexualidade e gênero. Apesar de quantitativamente ser um material de estudo pequeno, nos interessa, sobretudo, a interpretação dos códigos culturais ali presentes.

Jornalismo popular: o discurso sedutor, performático e o fato aumentado

O gênero do jornalismo popular ou sensacionalista possui algumas particularidades. Em primeiro lugar, é um ramo cujo leitor-alvo encontra-se nas classes sociais menos favorecidas. O padrão de linguagem privilegia manchetes e textos chamativos e apelativos, com predileção pelas temáticas da violência, do sexo e do bizarro/insólito. A aposta no leitor menos abastado justifica-se porque a concepção que guia os impressos populares fundamenta-se no conceito de comunicabilidade: a compreensão da mensagem jornalística estaria ligada à cultura dos setores populares (AMARAL, 2011).

A produção do discurso tem como alvo, por esta lógica, uma representação rasa do leitor, que seria um indivíduo de pouca educação e com intelecto subestimado. A linguagem é, neste sentido, um instrumento de distinção. Amaral (2011) observa que as notícias do jornalismo popular enfatizam mais a forma do que o conteúdo, isto é, o leitor é interpelado pela estética, pela forma e pelo estilo.

“As notícias da imprensa sensacionalista sentimentalizam as questões sociais, criam penalização no lugar de descontentamento e constituem-se num mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais. Em geral, o sensacionalismo está ligado ao exagero, à intensificação, à valorização da emoção, à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados, à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco. (2011, p. 21).

A preferência por determinados temas implica na eliminação de outros assuntos relacionados à cidadania, à política e à cultura. Para Amaral (2011), o mundo apresentado pelos jornais populares é enquadrado a partir de uma lógica moral. Há nesta dinâmica uma implicação de ordem ética em relação aos propósitos do jornalismo.

“O jornalismo trata, por excelência, do interesse público e por razões éticas seu objeto deveria ser o interesse público e não o gosto do público. Para ter representatividade social, as notícias deveriam remeter o interesse particular manifestado pelo leitor a um contexto mais amplo, e não a um superdimensionamento dos fatos somente na perspectiva dos indivíduos ou dos



fait divers. (AMARAL, 2001, p. 122).

Outros estudos também mapearam o campo do jornalismo popular, chegando a evidências semelhantes. Maksud (2000) observa que a análise dos códigos culturais usados para produção de notícias indica valores que se expressam no plano da linguagem, da iconografia, da tipologia das letras. Estudando os jornais *O Globo* e *Extra*, ambos produzidos no Rio de Janeiro, a autora nos remete a uma moralidade que é eixo estruturante da sexualidade. O discurso normativo sobre sexualidade tem na literatura sócio-antropológica importante instrumento teórico-metodológico para identificar e compreender os significados e lógicas que permeiam o imaginário dos indivíduos. A respeito da concepção de sexualidade presente nos jornais, Maksud (2000) afirma que esta “não se estende ao domínio dos discursos em torno do que se convencionou chamar de sexualidade na literatura das ciências sociais” (2000, p. 68).

Pedroso (2001) também observa uma narrativa moral que adquire pretensões corretivas. A autora mapeia um padrão discursivo sobre sexualidade pertinente ao nosso estudo. “O sensacionalismo, então, é a exploração desse fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir apenas na classe baixa” (Pedroso, 2001, p. 52). A aberração e o desvio, conforme analisamos, são aspectos que compõem o sistema cultural brasileiro que serve de referência para a construção e interpretação da experiência sexual (PARKER, 1991).

Angrimani (1995) empreende uma leitura do discurso sensacionalista através da ótica psicanalítica. Os jornais populares serviriam para que o leitor descarregasse sua carga pulsional ao provocar suas emoções. O sensacionalismo, neste sentido, teria uma função de agente catártico de instâncias psíquicas. O tom escandaloso que explora supostas perversões e fantasias constituir-se-ia em uma forma de satisfazer simbolicamente o leitor: a apresentação preconceituosa, ofensiva e retrógrada dos homossexuais, por exemplo, agrediria “a normalidade” e colocaria em risco as instituições. Diante de tal fenômeno, não restaria ao jornal alternativa senão punir, via linguagem marginalizante, o gay. O jornal popular seria um agente moralizador (Angrimani, 1995).

Tais estudos constituem um rico referencial para a análise pretendida neste trabalho, pois o olhar inicial e panorâmico sobre nosso objeto de estudo permite entrever semelhanças linguísticas e contextuais discutidas até o momento.



Sexualidade e gênero no discurso : o estranho, o tradicional e o erótico

O jornal *Meia Hora* foi lançado em 2005. Ligado ao grupo *O Dia*, o periódico surgiu em um contexto mundial de lançamento de jornais mais compactos (AMARAL, 2011). Com preço de capa baixo – atualmente, custa R\$ 0,70 -, o *Meia Hora* circula no Grande Rio (região metropolitana), é matutino e destina-se às classes C e D. Não ultrapassa as 50 páginas e se define como moderno e companheiro do leitor. Os temas mais recorrentes enfocam violência, esportes, utilidade pública, empregos, entretenimento e celebridades. Os textos possuem linguagem direta presente diariamente em 136.802 mil exemplares⁴, que colocam o jornal na posição de 10º no ranking de circulação nacional. Jornal sem sistema de assinatura, vendido exclusivamente nas bancas, suas capas e manchetes assumem um importante papel diante da ampla exposição em diversos pontos de circulação de pessoas.

Pedroso (2001) observou que as manchetes populares são construídas em linguagem apelativa, primária e superficial, priorizando a forma sobre o conteúdo. “É a oração principal do sistema produtivo do discurso jornalístico, onde os efeitos discursivos são encontrados. O superinvestimento de sentidos na manchete a responsabiliza pelo consumo das representações construídas pelo enunciador” (2001, p. 80).

Na edição de 15/01/2011, o *Meia Hora* deu como manchete “Bibas do ‘BBB 11’ descobrem que Ariadna cortou fora o ‘Big Fone’”, em referência a outros dois participantes do programa televisivo que tomaram conhecimento da condição de transexual de Ariadna. “Transex não tem mais saco de guardar seu segredinho” e “Baiano Lucival deu uma prensa na cabeleireira de Realengo e mandou ela confessar logo que já foi uma mulher de tromba” foram duas chamadas que completaram a capa. O recurso à sátira e ao humor serve como molde para o discurso acionar uma representação que destaca a inversão das normas de gênero que distinguem – e opõem – homens e mulheres.

Há um jogo lexical que aposta na ambigüidade, recorrendo ao duplo sentido vocabular: ‘Big Fone’ remete, simultaneamente, a um telefone do programa *Big Brother* que pode conceder vantagens ou desvantagens aos participantes quando atendido e ao órgão sexual masculino. A referência à “mulher de tromba” remete a uma representação estereotipada que satiriza a mulher que não apresenta a coerência sociocultural exigida entre anatomia e comportamento, uma dinâmica que genitaliza as identidades (BENTO,

⁴ Estatística referente à circulação diária no ano de 2011, fornecida pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC).



2008). Parece-nos plausível supor que a transexualidade, neste caso, está associada à quebra do padrão de masculinidade: um homem que mudou de sexo e tornou-se anatomicamente mulher e assumiu o papel cultural de mulher. O homem patriarcal é subvertido, abandonando seus atributos de virilidade e atividade. A lógica simplista que associa vagina ao feminino e pênis ao masculino é acionada para construir a narrativa sobre a transexualidade, uma experiência identitária que diverge das regras de gênero vigentes que estipulam como normal a experiência sexual heterossexual e dicotômica (masculino / feminino) (BENTO, 2008). “A transexualidade seria, portanto a materialização do impossível, o inominável, aquilo que transcende a capacidade de compreensão” (2008, p.32).

Maksud (2000) também observou como, no jornalismo popular, a mudança de sexo é apresentada como algo que escapa às nossas definições e valores sobre sexo, exemplificando a contraposição do discurso jornalístico à concepção de sexualidade inscrita na literatura das Ciências Sociais.

Em 18/01/2011, dia em que Ariadna seria julgada pelos telespectadores no “paredão” – expediente que define a permanência ou eliminação do participante -, o *Meia Hora* estampou: “Ariadna’s Coiffeur – corto cabelo e pinto – entrada pela frente e pelos fundos”, manchete localizada abaixo da chamada “Aí, colega, apara a franjinha e pica atrás, por favor”. A representação satírica observada até aqui se repete na exploração da inversão das normas de gênero. A ideia do exótico – fundada na descontinuidade entre corpo e atributos de gênero - prevalece como um valor expresso no plano da linguagem. O homem que se tornou mulher é alvo de deboche, tendo em vista que renunciou a sua posição de virilidade e atividade sexual. Novamente, a sátira repousa na ambigüidade lexical que remete à inversão de uma expectativa de gênero calcada na anatomia. A realidade biológica, aqui, ganha um evidente significado social, com o corpo sendo culturalmente apreendido para estruturar a compreensão das categorias de homem e mulher. (PARKER, 1991).

Ao mesmo tempo em que apostou em um discurso pautado no estranhamento da inversão dos papéis de gênero, o jornal optou, nos dias seguintes à eliminação de Ariadna, por um discurso que acionou as expectativas e códigos de feminilidade. “Essa é pra casar – em homenagem ao casal do momento, o Meia Hora e Dell Fanny Jóias vão presentear Ariadna e Gabriel com um lindo par de alianças personalizadas em ouro” foi a manchete do dia 20/01/2011.



Maksud (2000) deparou-se com uma concepção de sexo moralmente fundamentada. No jornal popular, o discurso predominante obedece à lógica do controle da experiência sexual. Tal lógica se expressa na representação tradicional e conservadora do sexo feminino. A instituição do casamento, abordada pelo *Meia Hora*, nos remete a uma idealização restrita das experiências destinadas à mulher, cuja trajetória de vida afetivo-sexual está cultural e compulsoriamente atrelada aos laços matrimoniais.

Discutimos anteriormente como os sistemas simbólicos, de um lado, constroem, e do outro, aliviam nossas experiências sexuais. As edições de 21 (Anexo B) e 22/01/2011 do *Meia Hora* acionam o erótico como um código cultural a modelar o discurso. “Que Dilma, que nada! A mulher do ano é Ariadna – Cabeleireira do ‘BBB 11’ rompe preconceitos e faz ensaio sensual na Praia de Copacabana” foi a manchete do dia 22; “Ariadna já tá beijando muuuuuuuuito – Ex-BBB saiu as casa e já caiu na noitada. Transex bombou na festa do bloco de Preta Gil e deu selinho em fã, que tratou de registrar tudo” estampou a capa no dia anterior. Ambos os discursos ali presentes exploram a sensualidade da mulher, desviando-se da representação satírica ou tradicional anteriormente citada.

O erótico, neste caso, pode ser compreendido como um código cultural acionado como uma segunda via da experiência sexual, independente do sexo e dos papéis de gênero. Por outro lado, é válido ressaltar que, para um número significativo de pesquisadores do campo da comunicação e da antropologia, o uso do corpo da mulher expressa uma ordem sexista, que reduz a mulher à condição de objeto. Pedrosa (2001) explicita tal lógica, indicando como a mulher é referenciada e distinguida pela sua aparência, reduzindo-a ao papel de objeto sexual e conferindo prestígio por meio do corpo. No entanto, o discurso do *Meia Hora*, neste caso, parece dizer mais sobre liberdade do que sobre restrição. A ênfase reside nas possibilidades de experiência sexual e afetiva disponíveis como um desfrute.

Considerações finais

Nosso breve estudo buscou dimensionar como a sexualidade e as relações de gênero estão inscritas culturalmente e como isto se reflete no discurso jornalístico popular. O propósito foi identificar quais as representações acionadas pelo discurso, o que exigiu uma contextualização histórica e cultural das normas sexuais vigentes no Brasil.

Para efeito de análise, não tivemos como objetivo desvendar uma verdade absoluta, nem descobrir quais as motivações editoriais e individuais que desataram a linguagem



utilizada. O que se buscou nesse breve estudo de caso foi a verdade enquanto uma contingência, isto é, ligada à maneira de reportar os fatos (CHARAUDEAU, 2010). Os valores expressos no plano da linguagem serviram como uma evidência da dinâmica contextual indispensável à análise pretendida. Ponderar sobre os limites de nossa metodologia foi um exercício norteador, pois nos deu a convicção de que a análise também é contingente, já que responde a escolhas teóricas e metodológicas necessárias a qualquer estudo. Ainda que logicamente justificadas, as escolhas metodológicas são decisões arbitrárias. Refletir sobre a aplicação de um método ajuda a compreender como se constrói uma pesquisa e, conseqüentemente, os seus resultados.

Um dos propósitos deste artigo foi operacionalizar nossos métodos a partir de referências teóricas da antropologia, agregando este campo ao âmbito da comunicação. Não como uma simples colagem de disciplinas, a ideia foi articular o exame do discurso ao plano histórico-cultural dos valores e significados sobre sexualidade e relações de gênero. A mesma dinâmica tensa que regula culturalmente nossa experiência sexual encontrou espaço no discurso popular. Interessante foi notar como a instabilidade do sistema cultural que regula, restringe e alivia também se traduz em um discurso ambíguo, que ora explora uma representação desviante, satírica e tradicional das relações de gênero, ora aciona uma alternativa discursiva mais permissiva.

O discurso generificado que encontramos permitiu entrever os vínculos simbólicos que unem jornalismo e representações elaboradas a partir do fio condutor cultural e histórico. Vínculos que foram mais do que uma aproximação disciplinar, ajudando a expandir o olhar de pesquisador e a assimilar a importância do passado para descrever e interpretar o presente.

O discurso que encontramos é marcadamente normativo, assentado em concepções dicotômicas sobre homens e mulheres, sobre corpos e práticas, sobre normalidade e anormalidade. No entanto, notamos que a tensão moral expressa na linguagem também é relativizada pela experiência do erótico, como se o repertório de valores e práticas lícitas e ilícitas se refletisse no discurso.

O diálogo que propusemos entre o jornalismo e o contexto antropológico permitiu identificar trocas simbólicas nem sempre estáveis, o que nos serve como reflexão sobre a importância de saber operar com o discurso nestas condições. Escolher o método e as referências teóricas é um exercício que exige rigor. Tentamos, durante este breve trabalho, explorar concepções e conceitos que nos permitissem uma leitura fidedigna dos códigos culturais que se fazem presentes no e pelo discurso jornalístico. Sabendo da



importância das interações simbólicas estudadas no plano discursivo, nos cabe concluir que o nosso próprio discurso de análise é uma construção arbitrária, contingente e contextual. Não atuamos no vácuo. Acreditamos que o percurso a percorrer no mestrado será fundamental para empreender um estudo mais extenso, sistemático e criterioso sobre as articulações entre jornalismo popular, sexualidade e relações de gênero.

Referências bibliográficas

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2011.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes: 2011. p. 244-270.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IMMACOLATA, Maria I. V. **Pesquisa de Comunicação**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, n. 1, pg. 02-14, 2004.

MAKSUD, Ivia. **Sexualidade e mídia: uma análise sócio-antropológica do discurso jornalístico**. 103f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1991.



PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROCHA, Décio, DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. São Paulo, *Alea*, v. 7, n.2, 2005. p. 305-323. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acessado em: 22 de abril 2012.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Cadernos Pagu, n. 21, p. 1 a 64, 2003.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ANEXO A – Edição de 15/01/2011





ANEXO B – Edição de 21/01/2011

